

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MULHERES NEGRAS E O DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: gênero, raça e a promoção da política de equidade

Natália Ferreira Pereira¹
Suzan Cardoso Balsamo²
Janaína da Silva Guerra³
Vini Rabassa da Silva⁴

RESUMO

Neste artigo, busca-se apresentar os aspectos históricos que confluem para a manutenção do racismo e sexismo na sociedade brasileira. Aponta-se a violência racista como aspecto central para as discriminações atribuídas às mulheres negras. Dessa forma, a partir de revisão bibliográfica será discutido considerações a respeito das políticas públicas para mulheres negras e os desdobramentos que as impedem de acessá-las. O objetivo é demonstrar que os marcadores de diferença, quando mobilizados nas experiências de mulheres negras, produzem dinâmicas específicas caracterizadas pela dupla opressão do racismo e sexismo, no qual esses marcadores operam, articulando múltiplas desigualdades e evidenciar a importância de políticas públicas específicas para este segmento.

Palavras-chave: políticas públicas; mulheres negras; racismo.

ABSTRACT

In this article, we seek to present the historical aspects that converge to the maintenance of racism and sexism in Brazilian society. Racism violence is pointed out as a central aspect for the discrimination attributed to black women. In this way, from a bibliographical review, considerations regarding public policies for black women and the consequences that prevent them from accessing them will be discussed. The objective is to demonstrate that the markers of difference, when mobilized in the experiences of black women, produce specific dynamics characterized by the double oppression of racism and sexism, in which these markers operate, articulating multiple inequalities and highlight the importance of specific public policies for this segment.

Keywords: public policies; black women; racism.

¹ Universidade Católica de Pelotas; Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos; nataliaferreirapereira95@gmail.com

² Universidade Católica de Pelotas; Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos; suzancardosobalsamo@gmail.com

³ Universidade Católica de Pelotas; Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos; janaguerra2@gmail.com

⁴ Universidade Católica de Pelotas; Professora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos; vini.silva@ucpel.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

O artigo buscará contextualizar, resumidamente, o percurso das políticas públicas para mulheres, em especial as mulheres negras, a fim de destacar a necessidade de maior atenção ao tema, visto que, mulheres e negros autodeclarados constituem a maioria populacional de acordo com os dados coletados pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). Tem-se como objetivo demonstrar que os marcadores de diferença, quando mobilizados nas experiências de mulheres negras, produzem dinâmicas específicas caracterizadas pela dupla opressão do racismo e sexismo (GONZALEZ, 2020), no qual esses marcadores operam, articulando múltiplas desigualdades. Na sociedade brasileira as mulheres negras ainda são vítimas de racismo e sexismo como estratégia de manutenção da dominação.

De acordo com Lélia Gongalez (2020, p. 38) “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Assim, este processo de subordinação das mulheres negras ocorre desde a passagem de seres humanos livres para escravizados. Por isso, pretende, também, salientar a importância de políticas públicas específicas para este segmento.

2 OS NEGROS E AS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Desde a abolição da escravatura, quando promulgada a Lei Áurea em 1888, e a Proclamação da República em 1889, onde, em tese, se universalizou o direito à cidadania criando as condições de legalidade, para que cidadãos negros usufríssem em todas as esferas da vida pública de uma igualdade de direitos, até então privilégios apenas dos brancos, criou-se no imaginário popular, reproduzido pelo senso comum, uma cultura de democracia racial.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nos anos seguintes, diante do crescimento populacional de pretos e pardos e pela negação da necessidade de políticas que inserissem a população negra na sociedade de classes com condições dignas de acessos, criou-se a política de embranquecimento da sociedade brasileira, através da migração de europeus para o Brasil. Assim, no decorrer da década de 1930, há um crescimento deste processo na sociedade e o Estado usa a escrita da obra Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, a fim de construir uma ideologia que difundisse que o Brasil era um país de harmonia racial, onde a escravidão foi branda. E, com esta ideologia diluiu-se no imaginário o mito social da democracia racial.

De fato, o fim da escravização oficialmente decretado, após mais de três séculos, não significa ter virado a página da história. A exploração da mão de obra somada a todas as torturas, estupros, assassinatos não foram completamente apagados, tornando-nos uma sociedade harmônica, legal e socialmente igual. Conforme Domingues (2005), o mito da democracia racial distorce o padrão das relações raciais no Brasil, e foi construído ideológica e intencionalmente por uma elite branca, com o objetivo de maquiar a opressiva realidade de desigualdade entre negros (as) e brancos (as).

A branquitude é entendida como:

uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

De fato, a branquitude diante do exercício e manutenção de privilégios continua mantendo o racismo, uma vez que, racismo é a materialização da colonialidade do poder que ainda opera de modo a afligir e segregar corpos negros.

As relações sociais, culturais e materiais ainda são marcadas pelo racismo, criando uma realidade que inferioriza, mortifica, segrega e suplicia às populações diferentes do que se convencionou como sujeito universal: o branco europeu. Nessa ótica, são os corpos negros que experienciam nos mais diversos contextos as múltiplas violências materiais e simbólicas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sobre essas violências, tem-se como exemplo: a violência praticada pelo Estado brasileiro, as dificuldades no acesso à política de saúde e educação, a desigualdade salarial dentro da perspectiva da *economia do desgaste dos corpos racializados*⁵, dentre outras. No território brasileiro são os traços fisionômicos associada a matiz da pele que dirá quem terá seus direitos assegurados ou negados, incluindo a suscetibilidade à vida ou a morte (MUNANGA, 2013; SILVA, 2018).

Gonzales e Hasenbalg (1982), dizem que, o racismo cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor (p. 69). Portanto, a população negra no Brasil experiencia a desigualdade de acessos e direitos, as dicotomias expressas entre aqueles que possuem o privilégio da brancura em detrimento daqueles de pessoas negras e racializadas, sendo esses postos em lugar de objetificação e conseqüentemente, de segregação. (FERNANDES, 2008).

O processo de racialização traz como condição a marca do negro, o seu fenótipo, como nos informou Nogueira (2006), que tem como base a cor da pele, permite constatar que a discriminação racial sofrida pela população negra no Brasil está, profundamente vinculada a matiz da pele, quanto mais retinta a pele do sujeito, mais pujante será o racismo aplicado a este.

3 O NÃO ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NEGRAS

As mulheres negras na sociedade brasileira são fortemente inviabilizadas pois atuam num contexto de racismo e sexismo, onde as colocam em condição de desigualdade social.

⁵Refiro-me aqui à economia do desgaste dos corpos racializados, do esgotamento de forças, na qual pessoas designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências que, se são reconhecidas pelo Estado após tantas lutas, não chegam a servir para um questionamento da própria estrutura que as provoca. O desgaste dos corpos (que obviamente também diz respeito aos homens, mas eu insisto na feminização da indústria da limpeza no mundo) é inseparável e uma economia que divide os corpos entre aqueles que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso (VERGÊS, 2020, p. 125-126).

PROMOÇÃO



APOIO



Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras, a maioria está acima dos 40 anos e possuem renda média inferior a um salário mínimo (VILELA, 2022).

Além disso, segundo o IBGE referente aos dados do ano de 2019, 63% das casas comandadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza, pois são mulheres com filhos onde a renda mensal é em média R\$420,00 mensais, ou seja, menos da metade do salário mínimo da época⁶. Todavia, se compararmos com as mulheres brancas com filhos, a proporção de casas abaixo da linha da pobreza é de 39,6%.

No que se refere às políticas de combate a violência, segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 25):

O Mapa da Violência de 2015, aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras ao passo que o de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esse aumento alarmante nos mostra a falta de um olhar étnico racial no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras. O “mulheres” aqui atingiu, majoritariamente, mulheres brancas.

De acordo com *site* dossiê feminicídio ([ca. 2022]), mulheres negras são: 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica; 53,6% das vítimas de mortalidade materna; 65,9% das vítimas de violência obstétrica; 68,8% das mulheres mortas por agressão; tem duas vezes mais chance de serem assassinadas do que as mulheres brancas; entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%; 56,8% das vítimas de estupro registrados no Estado do Rio de Janeiro em 2014.

Ademais, devemos considerar que esses dados agravaram-se ainda mais com a pandemia da COVID19, onde muitas mulheres realizaram o isolamento social junto com seus agressores, assim, no ano de 2020 houve cerca de 1.350 mortes por feminicídio, ao qual a maioria das vítimas foi mulheres negras (MUGNATTO, 2021).

⁶ Segundo o *site* G1(2019), o salário mínimo no ano de 2019 era de R\$998.

Segundo os dados informados pelo G1 sobre Anistia Internacional (2023), quatro mulheres foram mortas por dia no Brasil no primeiro semestre de 2022. Foram 699 feminicídios até meados de 2022. Um aumento de mais de 3% em relação ao mesmo período de 2021. Aproximadamente 11% a mais do que no primeiro semestre de 2019. E, os dados também apontam que 62% das mulheres vítimas de feminicídio, no país, são mulheres negras. Apesar desta realidade ainda são raras as discussões e propostas para o seu enfrentamento com políticas públicas específicas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NEGRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para pensar a necessidade de políticas públicas para mulheres negras é preciso compreender o conceito de política pública. Marta Farah afirma que política pública pode ser compreendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, que reflete ou traduz um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública (2004, p. 47).

A autora Maria Salet Novellino define a política pública e seus propósitos:

Políticas públicas são declarações de princípios subjacentes às ações governamentais. Elas podem se expressar como ações dos governos municipais, estaduais ou nacionais tais como legislação, resoluções, programas, regulamentações, apropriações, e decisões administrativas e judiciárias. Elas têm como propósito ser Apesar soluções para questões públicas (NOVELLINO, 2004, p.10).

Na concepção de Werneck (2010) políticas públicas são:

[...] iniciativas sustentadas pela sociedade que visam à redistribuição dos benefícios produzidos por todas e todos. Assim, a riqueza (material e imaterial) produzida deve ser, através delas, repartida entre os diferentes grupos sociais de forma equitativa, visando melhorar sua qualidade de vida e também possibilitar a geração de mais riquezas materiais e simbólicas. (WERNECK, 2010, p.12)

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em países como o Brasil, a função das políticas públicas seria de provimento das necessidades mais básicas de seus cidadãos. Essas necessidades básicas tangem à saúde, trabalho, educação e direitos humanos (NOVELLINO, 2004).

Ao resgatar a história brasileira das políticas públicas encontra-se a inclusão da questão de gênero na agenda pública no início dos anos 1970. Período em que havia uma expressiva presença de mulheres nos movimentos sociais urbanos, que se constituíam enquanto sujeito coletivo, afastando-se da esfera privada, atuando no espaço público, a fim de discutir temas até então confinados à esfera individual e familiar. Assim, o movimento feminista também colabora para a inclusão do debate sobre desigualdade de gênero e a necessidade de superação em um regime democrático, resultando em impactos na década de 1980, quando foram implementadas as primeiras políticas públicas direcionadas às questões de gênero.

A Constituição Federal de 1988 também expressa a mobilização de mulheres que apresentaram ao Congresso Constituinte propostas para a nova Constituição contidas na Carta das Mulheres Brasileiras (FARAH, 2004).

Porém, as políticas públicas, no Brasil, em linhas gerais, quando realizadas e destinadas às mulheres, podem ser definidas como políticas sociais assistencialistas que se centram em programas de ajuda alimentar; programa de renda mínima, programas de bolsa de estudos entre outros. Essas políticas assumem esse papel voltadas para a família, atribuindo a maternidade como o papel principal para as mulheres.

Programas como estes criam dependência ao invés de auxiliar a independência das mulheres, não reconhecem as demandas específicas de gênero no que se refere ao planejamento de políticas para as mulheres e seu principal foco é solucionar as necessidades práticas das mulheres relativas a suas funções reprodutivas. (NOVELLINO, 2004)

Na perspectiva de Jurema Werneck (2009), as mulheres negras são sujeitos identitários e políticos, resultado de uma articulação de heterogeneidades, e por conseguinte de demandas históricas, políticas, culturais, de confronto das condições

PROMOÇÃO



APOIO



adversas determinadas pela dominação ocidental eurocêntrica, ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. E, dirigir políticas públicas para mulheres negras não pode deixar de considerar toda esta multiplicidade de elementos que configuram a sua particularidade.

Um dos principais obstáculos enfrentados pelas organizações negras e de mulheres negras tem sido a garantia de efetivação e de sustentabilidade de políticas capazes de promover a diminuição das desigualdades. Para autora:

Políticas para as mulheres negras devem levar em conta nossos modos de vida, nossos problemas, necessidades e também nossas capacidades e direitos. A partir deles, deve-se elaborar e desenvolver as propostas, as soluções, as políticas, ou seja, envolver diferentes setores e aspectos das políticas públicas. Desde nossa perspectiva, devem ser transversais, ou seja, atuar simultaneamente sobre diferentes fatores e aspectos da vulnerabilidade em benefício de cada grupo populacional e suas necessidades. (WERNECK, 2010, p. 12)

Quando se desconsidera as diferentes necessidades no provimento de ações e serviços, efetivando-os de forma igualitária a todos os indivíduos, expõe-se o agravo das desigualdades. Considerando o fato de que as injustiças e necessidades têm múltiplas origens, mas atingem as mulheres negras, ao mesmo tempo e especificamente, torna-se necessário uma articulação e atuação concomitante das políticas, a fim de que sejam capazes de mudar de modo efetivo e sustentado a realidade adversa que as atingem. (Idem, 2010)

As políticas para mulheres negras deverão:

[...] envolver diferentes setores, de modo a enfrentar as diferentes violências físicas e simbólicas, a pobreza, a baixa escolaridade, a desigualdade no mundo do trabalho, entre outros. Priorizando também enfrentar o racismo, o sexismo, a lesbofobia e as múltiplas discriminações que nos atingem na sociedade e nos mecanismos institucionais. (WERNECK, 2010, p.13)

Levando em conta a complexidade e amplitude das situações, é imperativo que mulheres negras sejam enunciadoras na formulação e no acompanhamento das políticas públicas, participando e exercendo o controle social, que é um direito garantido na Constituição Federal brasileira.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Políticas para as mulheres negras deverão, na visão de Werneck(2010), obrigatoriamente, alicerçar-se em mecanismos consistentes que assegurem sua perpetuação no longo prazo. E, esses mecanismos devem incluir, em primeiro lugar, o fortalecimento das mulheres negras e suas organizações, além de outros setores da sociedade civil engajados com os mesmos objetivos para assegurar o seguimento dos compromissos e iniciativas que apresentem boas perspectivas e resultados, perante as mudanças periódicas ou inesperadas de gestão.

5 CONCLUSÃO

Por fim, as análises apresentadas neste artigo, nos proporcionam a interpretação e contextualização histórica da presença da população negra na sociedade de classes, em um país do continente latino-americano, colonizado, branquiado sob o mito da democracia racial, e o domínio do patriarcado. Por isto, destaca-se a importância de considerar no desdobramento das políticas públicas para mulheres, a necessidade de maior atenção às políticas públicas, que implicam diretamente na vida das mulheres negras. E, isso supõe, também, desenvolver uma perspectiva crítica em relação ao direcionamento e a implementação de políticas públicas, conforme sinalizado neste trabalho, em busca de um arcabouço teórico que possa ser aplicado como ferramenta analítica no campo em questão.

Assim, pensar o campo das políticas públicas, associada aos estudos de gênero e raça, sobretudo ao que tange às mulheres negras, é fundamental para avançarmos em tais análises e na proposição de políticas, que promovam a equidade entre os sujeitos na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

Atlas da Violência. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>> Acesso em: 20 Jul 2021.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
Ferreira, Lola *et al.*. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]- Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978> Acesso em: 20, Jul 2021.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos**, número 010, Universidad de Aarhus Latinoamericanistas, 2005 Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / MARCONDES, Mariana Mazzini. ... [et al.](org) - Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978> Acesso em: 20, jul 2021.

FERNANDES, F. **Heteronomia racial na sociedade de classes**. In: A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca". v. 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 299-402. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Floresta n%20Fernandes%20-%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4482634/mod_resource/content/1/Floresta%20Fernandes%20-%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes%20-%20Vol%20I%20-%20O%20legado%20da%20ra%C3%A7a%20branca-1.pdf)> Acesso em: 13, Mai 2023.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/violencia-contra-meninas-e-mulheres/>> Acesso em 20, Jul 2021.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. LUZ, M. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina**. Rio de Janeiro: Graal, p. 89-105, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

hooks, bell. **Ain't I a woman: Black women and feminism**. 1982.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

LOPES, João Carlos. Elza Soares: vida e obra sob o olhar da Fonoaudiologia. 2018.

MUGNATTO, Silvia. **Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social**. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-femicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta Anistia Internacional. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/03/28/mulheres-negras-representam-62percent-das-vitimas-de-femicidio-no-brasil-aponta-anistia-internacional.ghtml>. Acesso em: 11 de maio de 2023

Mulheres negras e violência no Brasil. Dossiê Feminicídio, [ca. 2022]. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/biblioteca/mulheres-negras-e-violencia-no-brasil/>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

REZENDE, Milka de Oliveira. Ações afirmativas. **Mundo da Educação** [ca. 2023]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

ROZA, Gabriele. O muro permanece alto para mulheres negras. **Gênero e Numero**, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/muro-mulheres-negras/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

Salário mínimo em 2019: veja o valor. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/04/salario-minimo-em-2019-veja-o-valor.ghtml>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

MUNANGA, Kabengeli. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro: PENESB, 2013.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf> Acesso em: 13, Mai 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/>> Acesso em: 13, Mai 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, MG, 2004.

SIQUEIRA, Laurinda F. S; SILVA, Maynara C. de O. **Ser negra na sociedade pandêmica** [livro eletrônico] / organização Laurinda Fernanda Saldanha Siqueira, Maynara Costa de Oliveira Silva. -- 1. ed. São Luís, MA: Editora Expressão Feminista, 2021. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/518018565/10-Livro-ser-Negra-Na-Sociedade-Pandemica#>> Acesso em: 10, Jan 2023. VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

SILVA, José Bonifácio Alves da. **Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

WERNECK, Jurema. **Políticas públicas para as mulheres negras. Passo a passo, defesa, monitoramento, e avaliação de políticas públicas.** Rio de Janeiro, Criola, 2010.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo** In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO